

PROPOSTAS PARA UM

Nordeste

MAIS COOPERATIVO

CONTRIBUIÇÕES DO COOPERATIVISMO
PARA O PRÓXIMO GOVERNO

PROPOSTAS PARA UM

Nordeste

MAIS COOPERATIVO

CONTRIBUIÇÕES DO COOPERATIVISMO
PARA O PRÓXIMO GOVERNO

Sistema OCB–**Presidente**

Márcio Lopes de Freitas

Superintendente

Tânia Regina Zanella

Gerente Geral da OCB

Fabíola da Silva Nader Motta

Gerente Geral do SESCOOP

Karla Tadeu Duarte de Oliveira

Realização

Sistema OCB - Gerência de Relações Institucionais

Coordenação

Clara Pedroso Maffia - Gerente de Relações Institucionais da OCB
 Eduardo Lima Queiroz - Coordenador de Relações Governamentais da OCB

Especialistas Técnicos

Gabriel Ribeiro Trivelino
 Soraia Cardoso dos Santos

Equipe Técnica

Jéssica Carvalho Rodrigues Silva
 Renata Santana de Oliveira

Pareceristas

Amanda Oliveira de Carvalho, Ana Paula Andrade Ramos Rodrigues, Bruno da Silva Vasconcelos, Carla Bernardes de Souza, Daniel Campos Antunes, Fernando Ferreira Pinheiro, Feulga Abreu dos Reis, Hugo de Castro Andrade, Igor Seixas Miranda Vianna, João José Prieto Flávio, João Marcos Silva Martins, Jonas Ismael Jochims, Karine Manfredini da Cunha, Márcia Gonçalves de Almeida, Marco Olivio Morato, Mariana Melato Araújo, Milena Tawanny Gil Cesar, Rodolfo Jordão da Silva Filho, Thiago Borba Abrantes e Tiago de Barros Freitas.

Apoio Técnico

Samara Caroline de Araujo - Gerente de Marketing e Comunicação do Sistema OCB
 Aline Augusta de Oliveira
 Fernanda Zampietro Belisário
 Lucas de Oliveira Badú

Projeto gráfico e diagramação

Duo Design Comunicação

Setor de Autarquias Sul, Quadra 04, Bloco "I"
 CEP: 70070-936 – Brasília-DF
 Tel.: (61) 3217-2148
 www.somoscooperativismo.coop.br
 relacoesinstitucionais@ocb.coop.br

Brasília-DF, maio de 2022.

Sumário

EXECUTIVO

A hora e a vez do cooperativismo – Palavra do Presidente	06
Quadro-Resumo: Propostas para um Brasil mais cooperativo	08
Relevância do cooperativismo no Brasil e no mundo	10
Dados Setoriais	12
Detalhamento das Propostas	
1 – Cooperativas como ferramentas de desenvolvimento humano	14
2 – Cooperativismo e desenvolvimento regional	20
3 – Inclusão produtiva e desenvolvimento regional por meio do cooperativismo	26
4 – Cooperativismo como promotor da sustentabilidade	32
5 – Bases estruturantes para o desenvolvimento do Nordeste	36
O que diferencia as cooperativas	43
Por que cooperativa?	44
Princípios do cooperativismo	47
Processo de elaboração do documento	49

Um olhar especial para o **NORDESTE**

PALAVRA DO PRESIDENTE

Encarar desafios faz parte do cooperativismo. É no dia a dia que as cooperativas aprimoram sua vocação de gerar emprego e renda e compartilhar bem-estar entre a população. E oportunidades não faltam, principalmente em tempos mudanças.

Apresentar à sociedade e aos entes governamentais um pouco do que o coop faz, diariamente, para melhorar a vida das pessoas está entre os objetivos desta publicação. Nosso anseio aqui é promover um ambiente onde o cooperativismo possa se desenvolver em uma região onde pulsa o coração do nosso país: o Nordeste.

Numa época em que o maior desafio está em garantir o emprego e a renda das pessoas, o modelo cooperativo se destaca como uma solução. Nosso propósito, nossos princípios e valores nos distinguem de todas as outras formas de organização empresarial. As cooperativas têm a capacidade de equilibrar desenvolvimento econômico e social em suas atividades e esse equilíbrio é mais que uma ação, é um objetivo.



Nosso movimento é preciso: ao incluir a todos — sem distinção —, o coop atende aos anseios de uma parte significativa da sociedade, que defende que toda instituição deve ter um propósito maior e mais nobre do que simplesmente o lucro (palavra que sequer faz parte do vocabulário cooperativista).

Somos um instrumento para que novas oportunidades sejam estabelecidas e pretendemos continuar a construir, junto com os Três Poderes da República, as políticas públicas que fortalecem o cooperativismo e seus princípios — o que, por consequência, gera mais oportunidade regionais.

O adequado tratamento tributário às cooperativas tem sido nosso maior pleito. Ele não é sinônimo de privilégio, não configura benefício ou isenção tributária. É um redirecionamento da incidência tributária da pessoa jurídica da cooperativa para a pessoa

física ou jurídica do cooperado, visto que a fixação da riqueza se dá no cooperado.

E esse é o diferencial do cooperativismo e que deve ser sempre lembrado: somos uma sociedade de pessoas, cooperados em cooperativas, e por isso nossa prioridade é o desenvolvimento e bem-estar social da nossa sociedade. Quem entra em uma cooperativa tem a sua vida transformada para melhor.

A pluralidade de ideias e o respeito às diferenças são valores do nosso movimento e aqui apresentamos as propostas do nosso movimento para contribuir com o desenvolvimento do país, em especial da Região Nordeste, construindo assim Brasil cada vez mais cooperativo. Desejamos a todos uma ótima leitura!

Márcio Lopes de Freitas
Presidente do Sistema OCB



“A iniciativa do Sistema OCB no Nordeste é chamar a atenção dos agentes públicos para assumir compromisso com o desenvolvimento e o fomento do cooperativismo na região. A região tem apresentado um forte crescimento na sua economia e no cooperativismo nos últimos anos, sobretudo nos setores de crédito, saúde e agricultura familiar. Acreditamos que políticas de fomento podem contemplar ainda mais cooperativas e potencializar o desenvolvimento da região”.

André Pacelli *Presidente do Sistema OCB/PB*



“O Programa Brasil Mais Cooperativo para o Nordeste é fundamental para a construção e fortalecimento do cooperativismo da região. Esse programa representa um Nordeste melhor, mais justo e que, com planos e projetos vai aprimorar o desenvolvimento socioeconômico das cooperativas com a melhoria na gestão, na assistência e no acesso a novos mercados para empreendimentos de pequeno e médio porte. Essa iniciativa é muito importante para o reconhecimento do nosso modelo de negócios, que entre tantas benesses, traz prosperidade a todos os envolvidos e os que estão ao nosso redor.”

Aureliana Rodrigues Luz *Presidente do Sistema OCB/MA*



“A Bahia está comprometida no fortalecimento das cooperativas da região Nordeste, integrando o pleito sobre o desenvolvimento de políticas públicas mais assertivas para o cooperativismo na região. Estamos totalmente integrados à missão de desenvolver a região Nordeste, por meio das cooperativas e, para isso, contamos com os órgãos e entidades do estado que tenham interesse em contribuir com o nosso modelo de negócios. Nossa intenção é criar meios sustentáveis, de forma justa e equilibrada, gerando oportunidade para todos, sem deixar ninguém para trás”.

Cergio Tecchio *Presidente do Sistema Oceb*



“No Piauí, temos trabalhado incansavelmente pela valorização do cooperativismo e os resultados são notáveis. Um deles foi a Lei 4.812/2015, que institui, na cidade de Teresina, a Política Municipal de Fomento ao Cooperativismo. Outro resultado foi a Lei 6.852/2016, que institui o Apoio ao Cooperativismo em nível Estadual. Para isto, buscamos manter o diálogo com os poderes Legislativo e Executivo, e o Programa para um Nordeste mais Cooperativo será de suma importância para mantermos o bom relacionamento com os representantes do Piauí e garantir mais vitórias para o nosso movimento.”

Izaías Almeida *Presidente do Sistema OCB/PI*



“O cooperativismo cearense encontra-se em ascensão, fruto do contínuo compromisso de transformar vidas com a força deste modelo de negócios, unindo desenvolvimento econômico e social. Em 2022, são 50 anos de atuação, com ações que remetem a um movimento inspirador, impulsionando a valorização do trabalho em equipe. Crescente é a convicção de que alcançaremos resultados históricos nos próximos anos, combustível para continuarmos na luta”.

João Nicélio Nogueira *Presidente do Sistema OCB/CE*



“É incontestável a pujança do cooperativismo sergipano no período pós-pandêmico. Frente as incertezas que estamos vivenciando, onde profissionais perderam postos de trabalho, ter acesso a um modelo de negócios que proporciona retorno ao mercado, renda e autonomia, alicerçado a princípios e valores, características que fazem a diferença na vida das pessoas é inspirador. Por este motivo, o cooperativismo vem crescendo e tornando-se um importante propulsor da retomada econômica.”

João Teles *Presidente do Sistema Ocese*



“A construção de um cooperativismo novo no Nordeste deve manter seu caráter auto gestor, participativo, democrático, na forma da legislação vigente e no respeito aos princípios. Deve também buscar oportunidades e refletir o potencial de cada estado. Assim, este documento é um trabalho meritório das Unidades Estaduais do Sistema OCB, com todos juntos, engajados na mesma causa, gerando força e integração rumo a um futuro promissor”.

Malaquias Ancelmo *Presidente do Sistema OCB/PE*



“O cooperativismo é um modelo de negócios que se propõe à geração de trabalho e renda e se mostra exitoso desde o século XIX. Sabemos dessa verdade e boa parte dos municípios alagoanos contemplam ao menos uma cooperativa, inclusive em comunidades menos populosas e mais inacessíveis. Há espaço para todos os segmentos e há clareza de que, onde existe uma cooperativa, a economia local é impactada e o processo de enriquecimento, mesmo que em pequena dimensão, é materializado. Somos inspirados a construir um mundo melhor, é o nosso legado.”

Márcia Túlia Pessôa *Presidente do Sistema OCB/AL*



“As cooperativas são relevantes em todas as áreas da economia brasileira. Há mais de 50 anos a OCERN vem atuando como instrumento de transformação e melhoria de vida, por meio do desenvolvimento e crescimento das cooperativas. Aqui, no Rio Grande do Norte, somos 97 cooperativas, mais de 70 mil cooperados e mais de 3 mil empregos diretos gerados. Não temos dúvidas de que as cooperativas vão contribuir ainda mais na retomada da economia neste cenário pós-pandemia.”

Roberto Coelho *Presidente do Sistema OCERN*

Quadro-Resumo: PROPOSTAS PARA UM NORDESTE MAIS COOPERATIVO

1 COOPERATIVAS COMO FERRAMENTAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

- ✔ Geração de renda por meio do empreendedorismo coletivo
- ✔ Disseminação da cultura cooperativista
- ✔ Formação de redes de qualificação profissional
- ✔ Espaços de representatividade e de participação

2 COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- ✔ Justiça social e tratamento tributário
- ✔ Linhas de crédito e fontes de financiamento ao cooperativismo
- ✔ Acesso a mercados e fortalecimento de estruturas colaborativas
- ✔ Cooperativismo como agente da redução das disparidades de acesso à saúde
- ✔ Moradia própria e construção de unidades habitacionais
- ✔ Cooperativas para o devido aproveitamento do potencial turístico regional

3 INCLUSÃO PRODUTIVA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL POR MEIO DO COOPERATIVISMO

- ✔ Cooperativismo na agregação de valor das cadeias produtivas
- ✔ Transferência de tecnologia e acesso a métodos de produção diferenciados

4 COOPERATIVISMO COMO PROMOTOR DA SUSTENTABILIDADE

- ✔ Estímulo à produção sustentável e uso eficiente de recursos naturais
- ✔ Tratamento e destinação adequada de resíduos sólidos
- ✔ Aprimoramento das estruturas de saneamento básico
- ✔ Diversificação da matriz energética

5 BASES ESTRUTURANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

- ✔ Educação como base do desenvolvimento local
- ✔ Abastecimento hídrico
- ✔ Investimento em infraestrutura e logística
- ✔ Melhoria do ambiente de negócios e aumento da competitividade
- ✔ Fomento à conectividade e comunicação
- ✔ Estímulo a instituições eficazes, responsáveis e transparentes

1
Cooperativas como
**ferramentas de
desenvolvimento
humano**

É notório que a Região Nordeste, em especial o semiárido, necessita de um maior amparo para a implementação de políticas públicas dos mais diversos tipos que sejam capazes de transformar a realidade local. Sob a ótica do desenvolvimento humano, se torna imprescindível debater ações para inclusão financeira, geração de renda, qualificação profissional e combate à desigualdade social.

O cooperativismo é um modelo societário que quebra a barreira entre o econômico e social, com forte presença do trabalho colaborativo e do esforço conjunto. As cooperativas nascem para resolver problemas coletivos e têm em suas raízes o senso de comunidade, a transparência,

a sustentabilidade e a integridade. Não por outro motivo que este papel está reconhecido na nossa Constituição Federal, conforme prevê o § 2º do art. 174 (CF/88), que destaca o comando de apoio e estímulo ao cooperativismo pelo poder público. Isto não significa somente concordar com a sua importância, mas que este fator seja o propulsor de ações efetivas para impulsionar o cooperativismo no país.

Assim, esperamos que nos próximos anos sejam ampliados os canais de comunicação com o poder público e fortalecido o papel do cooperativismo enquanto parceiro para formulação e implementação de políticas públicas.

A GERAÇÃO DE RENDA POR MEIO DO EMPREENDEDORISMO COLETIVO

1) Cooperativismo para a inserção de pessoas no mercado de trabalho:

Reconhecer, na elaboração de políticas públicas, o potencial das cooperativas para gerar trabalho e renda, oportunidades de organização e ganho de escala para profissionais autônomos, de forma a inseri-los no mercado de trabalho. Nesta estratégia, é fundamental reforçar a necessidade de garantir que as cooperativas de pequeno porte tenham o mesmo tratamento diferenciado, simplificado e favorecido hoje conferido às micro e pequenas empresas em relação ao acesso a mercados, contratações públicas, relações do trabalho, crédito e capitalização e estímulo à inovação, de forma a valorizar o empreendedorismo coletivo.

B DISSEMINAÇÃO DA CULTURA COOPERATIVISTA

1) Valorização do papel do cooperativismo:

Reconhecer o modelo de negócio cooperativista como parte da estratégia local, na condição de um ator-chave para o desenvolvimento sustentável e geração de emprego e renda. Para tanto, se faz necessário a criação de um ambiente regulatório propício para modernização da governança e aprimoramento da gestão das cooperativas, além do estímulo para que a sociedade da Região Nordeste conheça as características e o potencial do cooperativismo nos mais diversos setores econômicos.

2) Cooperativismo nas escolas:

Incluir a educação cooperativa, de forma interdisciplinar, dentre os conteúdos a serem ministrados nas escolas dos estados nordestinos, estimulando, assim, o conhecimento, a discussão e o aprendizado sobre cooperação desde a infância, a exemplo do que já acontece em diversos países e em alguns estados do Brasil. O objetivo é trazer experiências práticas e formar crianças e adolescentes com base nos valores e princípios cooperativistas.

C FORMATAÇÃO DE REDES DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

1) Cooperativas como instrumentos de acesso à qualificação profissional:

Reconhecer o papel do Sistema OCB como um importante agente para promoção de formação de seus membros e desenvolvimento local. Por princípio, as cooperativas utilizam parcela do seu faturamento em prol de ações pela comunidade. A legislação cooperativista brasileira aborda o tema na Lei nº 5.764/1971, com a instituição do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates), constituído de 5%, no mínimo, das sobras líquidas apuradas no exercício, destinados à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa e à comunidade em que está inserida.

2) Sistema S como parceiro de políticas de profissionalização:

Ampliar o conhecimento acerca da importância do Sistema S, mais especificamente o SESCOOP, enquanto parceiro para alcançar mais negócios e pessoas, por meio de um conjunto de ações e programas de caráter educativo voltado à promoção da cooperação, profissionalização, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável. Para tanto, é importante assegurar junto ao governo federal a adequada destinação de recursos e um arcabouço legal que garanta a segurança jurídica para sua manutenção e atuação.

D ESPAÇOS DE REPRESENTATIVIDADE E DE PARTICIPAÇÃO

1) Participação do cooperativismo na formulação de políticas públicas:

Ampliar os canais de comunicação do cooperativismo com o poder público estadual, garantindo, assim, políticas públicas e marcos regulatórios que reflitam a realidade e os anseios do movimento cooperativista local. Outro aspecto relevante é possibilitar a capacitação de equipes dos governos locais para que tenham conhecimento sobre as especificidades das cooperativas. Em âmbito nacional, o Sistema OCB tem assento assegurado em diversos fóruns de discussão e vem contribuindo para diversas políticas públicas que promovam, além do desenvolvimento do cooperativismo, impactos sociais e econômicos positivos.

2) Representação sindical da categoria econômica das cooperativas nos estados:

Garantir a participação das unidades estaduais do Sistema OCB nas instâncias governamentais de discussão e deliberação de temas trabalhistas e sindicais, assegurando a devida representação das cooperativas nordestinas, perante as autoridades constituídas e a sociedade na área sindical. O intuito é auxiliar as esferas governamentais nos estados a solucionar problemas socioeconômicos e políticos que afetam o cooperativismo nos temas trabalhistas e sindicais.

2

Cooperativismo

e desenvolvimento regional

O cooperativismo traz soluções, por meio de atividades econômicas, para a melhoria do bem-estar das comunidades em que está inserido, podendo ser considerado um dos melhores modelos de negócio para o desenvolvimento de comunidades e cidades. Quando pensamos nos desafios enfrentados pela população nordestina intensifica-se a importância de ações que empodere o trabalhador e traga prosperidade para a comunidade como um todo.

São inúmeros os exemplos dos benefícios trazidos pelas cooperativas. Destacamos inclusão financeira de pequenos negócios, de produtores rurais e população localizada fora dos grandes centros urbanos, por meio do cooperativismo de crédito. Além disso, é possível observar a contribuição das cooperativas de saúde para o atendimento da população brasileira, com diversas oportunidades de se ampliar o bem-estar e a expectativa de vida no país, por meio de parcerias público-privadas para

o atendimento do SUS e de políticas no âmbito da saúde suplementar. Outros exemplos relevantes são a ampliação da oferta de moradias de qualidade para redução do déficit habitacional, a formação de redes produtivas que favoreça a intercooperação e a diversificação econômica local.

Pensar em cooperativismo é refletir sobre novas formas de se trabalhar em rede, conectar pessoas para somar esforços e para dividir os resultados. Nosso modelo de negócio é baseado na liderança coletiva, em trabalho feito por todos e para todos. As decisões são tomadas coletivamente e os resultados obtidos são distribuídos de forma justa e igualitária, na proporção da participação de cada membro. Entendemos que as cooperativas podem ser protagonistas em políticas de estímulo ao comércio justo e ao acesso a produtos e serviços locais a preços mais competitivos, inclusive por meio de plataformas de compras coletivas e nas contratações de serviços por aplicativos.

A JUSTIÇA SOCIAL E TRATAMENTO TRIBUTÁRIO

1) Ato cooperativo em âmbito estadual:

Apoiar iniciativas que preconizem a uniformização e previsibilidade dos tributos no âmbito estadual e o adequado tratamento tributário ao ato cooperativo, com o objetivo de reconhecer as particularidades do modelo econômico cooperativista. As cooperativas são sociedades de pessoas com finalidade econômica, mas sem intuito de lucro, constituídas para prestar serviços a seus associados, cujos excedentes financeiros retornam aos associados proporcionalmente às operações que com ela realizam. O cooperativismo tem reconhecida relevância como modelo econômico sustentável e socialmente responsável, capaz de proporcionar inclusão produtiva, geração de renda, acesso a mercados e desenvolvimento local e regional.

B 2.2. LINHAS DE CRÉDITO E FONTES DE FINANCIAMENTO AO COOPERATIVISMO

1) Linhas de crédito e novas fontes de financiamento ao cooperativismo:

Reforçar fontes orçamentárias e adequar linhas de crédito oficiais para todos os segmentos do cooperativismo, garantindo a continuidade das atuais políticas de fomento ao modelo de negócio cooperativista. Além disso, por meio de adequações legais e normativas, buscamos o acesso a fontes alternativas de financiamento, a exemplo da instituição de regras de Certificado de Crédito Cooperativo e de Contratos de Parceria, como forma de estimular seu desenvolvimento e a continuidade de novos investimentos.

2) Devido acesso das cooperativas de crédito ao FNE:

Articular junto ao governo federal a maior previsibilidade no repasse do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) ao cooperativismo de crédito, em volumes adequados às demandas apresentadas pelo segmento, como forma de fortalecer o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) e assegurar o alcance de recursos necessários nas localidades onde outras instituições de interesse não estão presentes, para o financiamento de atividades produtivas na região e promoção do desenvolvimento econômico e social.

3) Diversificação na captação de recursos:

Viabilizar investimentos externos nas sociedades cooperativas, com a manutenção da gestão societária nas mãos dos cooperados. Trata-se de um movimento consonante com atualizações legais internacionais e necessário para garantir que o crescimento e os novos investimentos do sistema cooperativo possam ser realizados dentro do próprio cooperativismo, sem a necessidade imperiosa da criação de novas estruturas não-cooperativas.

4) Cooperativas de crédito como agentes de inclusão no Nordeste:

Estimular a expansão massiva das cooperativas de crédito como agentes de desenvolvimento da Região Nordeste. Já prevista na Agenda BC# do Banco Central do Brasil, essa diretriz tem como objetivo levar, por meio do cooperativismo de crédito, inclusão produtiva e prosperidade para regiões menos assistidas pelas demais instituições financeiras, com destaque para o acesso ao crédito rural por parte de pequenos produtores rurais. Além disso, é necessário a promoção do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC) como um dos atores estratégicos para políticas públicas direcionadas para os micro e pequenos negócios, com juros mais baixos e melhores condições de acesso ao microcrédito.

C ACESSO A MERCADOS E FORTALECIMENTO DE ESTRUTURAS COLABORATIVAS**1) Acesso a mercados e incentivo à intercooperação:**

Apoiar a integração e a formação de redes produtivas, beneficiadoras e de comercialização entre cooperativas do mesmo setor ou de diferentes elos da cadeia produtiva, inclusive no comércio digital. O principal objetivo é o intercâmbio de conhecimento e a troca de experiências, para a aplicação de modelos de sucesso, considerando a realidade local e as especificidades da atividade econômica, em especial da agricultura familiar e cooperativas em fase de estruturação. Além disso, consideramos importante a continuidade das iniciativas governamentais voltadas à promoção do cooperativismo em feiras e em rodadas de negócio estaduais e nacionais.

D COOPERATIVISMO COMO AGENTE DA REDUÇÃO DAS DISPARIDADES DE ACESSO À SAÚDE**1) Parcerias público-privadas (PPPs) em saúde:**

Reconhecer a iniciativa privada e, em especial, as cooperativas de saúde, como alternativa viável para o acesso à saúde pela população da Região Nordeste, com destaque para a atenção básica e para a medicina preventiva, por meio de parcerias público-privadas para atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente no âmbito estadual, com ênfase na excelência na gestão e foco no cuidado com as pessoas.

2) Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde:

Ampliar o debate junto aos governos estaduais para tornar o cooperativismo, cada vez mais, um parceiro para a promoção da Atenção Primária à Saúde (APS), que deve um dos pilares das políticas públicas de assistência médica à população dos estados nordestinos. Para tanto, se faz necessário o reforço de investimentos públicos e privados na medicina preventiva e em estratégias integradas que promovam a qualidade de vida e a gestão da saúde.

E MORADIA PRÓPRIA E CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS**1) Valorização do cooperativismo para o acesso à moradia de qualidade:**

Priorizar os empreendimentos implementados por cooperativas habitacionais nas políticas habitacionais para reduzir o déficit de moradia nos estados da Região do Nordeste, para que haja a otimização dos recursos públicos, ganho de eficiência no processo de planejamento, execução e administração dos projetos habitacionais.

F COOPERATIVAS PARA O DEVIDO APROVEITAMENTO DO POTENCIAL TURÍSTICO REGIONAL**1) Fomento às cooperativas de turismo e lazer na Região Nordeste:**

Reconhecer e criar políticas públicas específicas de incentivo a cooperativas de turismo e lazer como forma de formalização e organização de profissionais do setor e estímulo à criação de redes para a gestão do turismo, tendo como resultado o maior aproveitamento do imenso potencial da atividade e as especificidades da Região Nordeste, através do desenvolvimento da infraestrutura de cidades e regiões com vocação turística, o fortalecimento do turismo rural e religioso, bem como a valorização do patrimônio cultural e natural.

3

Inclusão produtiva

e desenvolvimento regional por meio do cooperativismo

Um instrumento importante para o aprimoramento da produção agropecuária nordestina é a geração de emprego e renda no meio rural, através de iniciativas que promovam a diversificação e agregação de valor à produção primária, para que seja elevado assim a participação de pequenos e médios produtores no mercado interno e externo.

Neste contexto, consideramos ser primordial que as autoridades públicas reconheçam a importância das cooperativas, em especial as agropecuárias, com a manutenção e fortalecimento da atual arquitetura da política agrícola, priorizando

o desenvolvimento rural sustentável, a garantia da segurança alimentar, a agregação de valor da agricultura familiar, a diminuição de distorções e falhas de mercado, e o fortalecimento de atividades agroindustriais.

Ao tratar especificamente da região do semiárido, é necessário pensar em caminhos que combinem as potencialidades locais, como a rica biodiversidade pouco aproveitada, e ações para redução dos impactos negativos provenientes da seca, que coloca os produtores em uma situação de vulnerabilidade.

A COOPERATIVISMO NA AGREGAÇÃO DE VALOR DAS CADEIAS PRODUTIVAS

1) Cooperativismo para ganho de eficiência e produtividade no semiárido:

Promover, cada vez mais, o cooperativismo como modelo apropriado para a organização das cadeias produtivas locais e aproveitamento do potencial de produção de novas culturas na Região Nordeste, de forma especial, no semiárido. Para tanto, é necessário reforçar o papel das cooperativas agropecuárias para o ganho de escala, acesso a novas tecnologias, assistência técnica e extensão rural, bem como para o beneficiamento, processamento e industrialização de produtos agropecuários. Além disso, é indispensável difundir o cooperativismo como instrumento de geração de emprego e renda, de acesso a mercados internos e externos, de diversificação dos canais de comercialização e de aumento da eficiência produtiva na região.

2) Estímulo à agricultura familiar e ao cooperativismo:

Garantir, em regulamentações específicas, a continuidade das políticas de compras governamentais da agricultura familiar e das demais modalidades de contratação pública, com foco no fomento à produção sustentável, ao processamento e industrialização de alimentos e na valorização do papel das cooperativas como instrumentos de geração de economia de escala e de agregação de valor à produção de pequenos produtores rurais. Alguns exemplos são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que são executados pelos estados através de recursos da União.

3) Ampliação de parcerias e acordos de cooperação para o desenvolvimento do Nordeste:

Fortalecer e ampliar a parceria e acordos de cooperação entre cooperativas, poder público e iniciativa privada para revitalização, desenvolvimento territorial, irrigação, garantia de acesso a maquinário e tecnologia, fomentando a agricultura familiar, a produção agropecuária e a diversificação econômica regional, a exemplo de ações que são realizadas em conjunto com a Codevasf – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba e do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS.

4) Diversificação das culturas:

Promover e fortalecer a diversidade de cultivos das cooperativas, realizada por meio de técnicas de manejo localmente adaptadas e de culturas adequadas, principalmente, para a região do semiárido. Além de elevar a produção de alimentos e a segurança alimentar, reduz os riscos do produtor, otimiza os investimentos realizados e proporciona a consolidação de complexos integrados à cadeia produtiva local e regional.

B TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E ACESSO A MÉTODOS DE PRODUÇÃO DIFERENCIADOS**1) Fortalecimento da assistência técnica e extensão rural**

Investir em assistência técnica e rural, tendo em vista o acesso a métodos de produção diferenciados, como os de produtos orgânicos e de origem certificada, por meio da ampliação de programas participativos de assistência técnica e extensão rural voltados às particularidades do semiárido. Neste contexto, é importante a articulação entre os governos estaduais, as entidades de assistência técnica e extensão rural, como Anater e Emater, e os parceiros envolvidos em nível local e regional, reconhecendo a importância do cooperativismo para o fortalecimento da assistência técnica e extensão rural. Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, do total de cooperados, 63,8% recebem assistência técnica, enquanto a média brasileira é de aproximadamente 20%. A maior parte é composta por cooperativas de agricultores familiares, totalizando 71,2%. Além disso, mais de 8 mil profissionais em cooperativas se dedicam à assistência técnica e extensão rural.

2) Fomento à pesquisa agropecuária estadual:

Elevar os níveis de investimento público em pesquisa agropecuária que efetivamente contribuam para o maior desenvolvimento, sustentabilidade e competitividade do setor agropecuário dos estados do Nordeste, com foco, na agricultura familiar e na agroindústria. A Embrapa, com apoio das Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária, em especial a Emater, que possui uma grande capilaridade, é um player fundamental para o aperfeiçoamento das ferramentas de gestão de órgãos públicos e fortalecimento das público-privadas, inclusive com cooperativas agropecuárias de outras regiões, universidade e outros centros de pesquisa.



como promotor da sustentabilidade

O desenvolvimento de ações que promovam a elevação dos níveis de sustentabilidade na cadeia produtiva é fundamental para a melhoria do ambiente de negócios da Região Nordeste, especialmente o semiárido brasileiro, que convive com a irregularidade de chuvas e longos períodos de escassez pluviométrica.

Como não é possível combater a seca, porque é inerente à região, torna-se salutar pensar em medidas e políticas voltadas para uma melhor convivência com as características climáticas da Caatinga. Alguns exemplos são a agricultura sustentável, diversificação da matriz energética, universalização do saneamento básico e adequado tratamento de resíduos sólidos.

Atualmente, muito se fala sobre o ESG (Ambiental, Social e Governança, em português), com diver-

sas organizações implementando ações e medidas para se adaptar aos seus critérios. Tais dimensões fazem parte das raízes do cooperativismo, estando presentes em seu DNA, por se tratar de um modelo econômico que visa a uma sociedade mais ética, ambientalmente sustentável e com maior qualidade de vida, alinhando produtividade e desenvolvimento com responsabilidade social.

Para que o cooperativismo consiga promover ainda mais desenvolvimento sustentável, é necessário um ambiente favorável para aproveitarmos o grande potencial do país como liderança global na transição para uma economia verde, avançando no Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas (Plano ABC+), na efetivação completa do Código Florestal e no avanço das políticas de pagamento por serviços ambientais e demais instrumentos econômicos.

A ESTÍMULO À PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E USO EFICIENTE DE RECURSOS NATURAIS

1) Reflorestamento através da atuação de cooperativas:

Construir políticas públicas que levem em consideração o potencial do modelo de negócio cooperativista, em especial a agricultura familiar, para a ampliação do sistema agroflorestal no semiárido brasileiro, promovendo a sucessão ecológica, a diversidade de espécies e o adequado manejo das áreas de atuação. Além da recuperação de áreas degradadas, manejo florestal e combate à desertificação, promove acesso a alimentos e renda.

2) Cooperativismo do Nordeste no Plano ABC+:

Fortalecer e assegurar o bom funcionamento dos comitês estaduais do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC+), para que as ações definidas no plano nacionais sejam executadas, considerando as particularidades e os desafios da Região Nordeste. O cooperativismo é o arranjo produtivo apropriado para a disseminação da política pública, tendo em vista os diversos exemplos de iniciativas bem sucedidas de conservação ambiental. Ainda no escopo do Plano ABC, em âmbito nacional, as cooperativas são protagonistas no tratamento de dejetos animais e de resíduos da agroindústria para a redução de emissão de metano, produção de adubo orgânico e geração de energia limpa por meio da biomassa, de forma a contribuir com o país a cumprir o compromisso assumido na COP26 de redução de emissão de gás metano em 30% até 2030.

3) CAR Dinamizado e a efetivação completa do Código Florestal:

Finalizar os procedimentos necessários para a análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que possibilitará também a implantação do Programa de Regularização Ambiental (PRA), de acordo com a realidade e características de cada estado. Recentemente, o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) lançou a ferramenta do CAR Dinamizado, que utiliza mecanismos de sensoriamento remoto para aumentar a velocidade da análise dos cadastros. O sistema cooperativista apoia a iniciativa e considera importante a implantação da ferramenta do CAR Dinamizado em todos os estados, desde que feita de forma responsável, com previsibilidade e sem gerar insegurança jurídica aos produtores, de modo a colocar em plena aplicação as diretrizes do Código Florestal e fortalecer o combate irrestrito ao desmatamento ilegal no país.

4) Pagamento por Serviços Ambientais:

Apoiar a regulamentação da Lei 14.119/2021, que institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNSA), com o devido reconhecimento do fomento às iniciativas de preservação e recuperação ambiental realizadas pelos produtores rurais e cooperativas. Alguns estados já possuem programa estaduais voltados para a adequação ambiental, como é o caso do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso, Santa Catarina, entre outros.

5) Cooperativismo como elo entre a agricultura de precisão e pequenos produtores rurais:

Reconhecer o potencial das cooperativas para a promoção de boas práticas da agricultura de precisão, possibilitando o maior controle do processo produtivo e melhoria da gestão das propriedades rurais, através de análise de solo e clima e otimização dos insumos agrícolas. Algumas cooperativas já utilizam essas tecnologias e podem facilitar a intercooperação, por meio de eventos regionais voltados para o intercâmbio de conhecimento com outras cooperativas que ainda não tiveram condições de implementar tais ferramentas.

B TRATAMENTO E DESTINAÇÃO ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

1) Oportunidades para cooperativas de catadores e Política Nacional de Resíduos Sólidos:

Incentivar a participação das cooperativas de reciclagem na gestão pública dos resíduos sólidos urbanos e nos programas de coleta seletiva e de logística reversa, com destaque para o cumprimento dos objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, por meio da melhoria da infraestrutura (instalações, maquinários, equipamentos, veículos) e de capacitação voltada para a profissionalização de catadores e para o aprimoramento da gestão e da governança de seus negócios. Dentre os benefícios do cooperativismo para os catadores, destacam-se: a emancipação e inclusão produtiva destes trabalhadores, com geração de renda e emprego local; a ampliação da vida útil dos aterros sanitários; e a racionalização do fornecimento de material reciclável para a indústria.

C APRIMORAMENTO DAS ESTRUTURAS DE SANEAMENTO BÁSICO

1) Saneamento básico por cooperativas:

Realizar e ampliar o debate sobre políticas públicas que utilizem o modelo de negócios cooperativista como ferramenta para a expansão do saneamento básico na Região Nordeste, tendo vista o seu potencial de facilitar o acesso ao tratamento de esgoto para a população, reduzindo os problemas saúde e a poluição dos recursos hídricos, por exemplo.

D DIVERSIFICAÇÃO DA MATRIZ ENERGÉTICA

1) Cooperativismo no fortalecimento de geração de eólica e fotovoltaica:

Apoiar instrumentos de desenvolvimento da geração energia fotovoltaica e eólica na Região Nordeste por cooperativas de energia renovável. Redução dos gases de efeito estufa, autonomia energética são alguns exemplos das vantagens dessas fontes energéticas com a aplicação da geração distribuída. Através do cooperativismo, é observada a redução dos custos de produção, obtenção de ganho de escala, melhoria da produtividade e melhores condições para aquisição de infraestrutura. Além disso, o cooperado pode abater o valor de crédito contabilizado com a produção de energia.

2) Biogás para a ampliação da produção energética própria

Promover incentivos para o processamento de substratos e dejetos gerados para produção de energia renovável e redução dos impactos ambientais. Para o cooperativismo, a geração de energia elétrica e abastecimento de máquinas e automóveis com biogás, a partir do biometano, representa oportunidade de negócios para todos os tipos de cooperativas, sejam elas agropecuárias, de crédito, de eletrificação rural de consumidores e/ou produtores de energia, ou ainda como intercooperação entre os ramos do cooperativismo, contribuindo para o desenvolvimento local sustentável e redução da emissão de gases poluentes.

5

Bases estruturantes

**para o
desenvolvimento
do Nordeste**

A economia dos estados nordestinos apresentou um crescimento significativo nos últimos anos, alcançando inclusive melhores resultados que o Brasil em alguns anos, antes da crise sanitária em decorrência da Covid-19. O grande desafio, além de retomar os patamares anteriores à pandemia, é a viabilização de um ambiente de negócios favorável ao desenvolvimento dos negócios.

Isso se torna muito urgente quando levamos em consideração que a Região Nordeste, apesar de todo o seu potencial econômico, convive com diversos problemas estruturantes que carecem de políticas públicas conjuntas das diversas esferas

governamentais voltadas para o bem-estar e inclusão produtiva. São exemplos de desafios a serem superados: a baixa escolarização e capacitação profissional, a escassez hídrica, a insuficiência de investimentos em aprimoramento da infraestrutura e logística e a baixa conectividade, especialmente no semiárido.

Em um segundo momento, vemos a necessidade de se buscar um ambiente de equilíbrio fiscal e de maior transparência e eficiência dos gastos públicos, com base em evidências e na priorização de políticas com resultados relevantes em indicadores de impacto econômico, social e ambiental.

A EDUCAÇÃO COMO BASE DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

1) Qualidade do ensino a partir da educação contextualizada:

Fortalecer e aumentar os investimentos na educação pública, levando em consideração o contexto regional, desde o ensino básico até os cursos profissionalizantes, com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento cidadãos aptos ao exercício da plena cidadania e capacitados para as expectativas do mercado de trabalho.

2) Fortalecimento do ensino técnico e profissional:

Promover uma reforma educacional, com foco na integração da formação acadêmica com o ensino técnico e profissional, valorizando o papel das entidades do Sistema S como atores estratégicos do plano de educação, tendo em vista a qualificação de pessoas para o mercado de trabalho, bem como o ganho de produtividade e competitividade da região, especialmente do semiárido.

B ABASTECIMENTO HÍDRICO

1) Democratização da oferta hídrica:

Incentivar a universalização dos recursos hídricos em todo Nordeste, por meio da implantação de um programa ordenado e contínuo de dessalinização da água de poços profundos; construção e manutenção de obras de captação e acumulação de águas superficiais e subterrâneas, tais como açudes, cisternas e poços; e incentivo à construção de obras de infraestrutura hídrica em nível de propriedades rurais. Outro destaque é a importância da sensibilização do governo federal para a conclusão das obras de transposição do Rio São Francisco para o abastecimento de pequenos e açudes que secam durante o período de estiagem no semiárido nordestino.

2) Sistema de informações unificado de recursos hídricos:

Construir e manter um sistema de informações de recursos hídricos interligado, com o apoio de especialistas, visando a implantação de um banco de dados com informações consolidadas sobre as especificidades da região do semiárido, que possibilite a criação de alertas, com o máximo de antecedência, sobre os riscos de crises climáticas locais.

3) Arcabouço legal para a prática de reutilização da água:

Elaborar normas de abrangência local, com regras e diretrizes, que assegurem a correta prática de reutilização da água. Para tanto, precisam ser considerados parâmetros mínimos que garantam a qualidade microbiológica e química da água de reuso, levando em consideração a sua origem e destinação.

C INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

1) Melhoria da logística:

Estimular o investimento para melhoria da infraestrutura e escoamento da produção, através da ampliação dos meios de transporte de cargas, com o melhor aproveitamento dos modais ferroviários, aquaviários e aeroportuário, por meio da sensibilização do poder público para maiores investimentos públicos e captação de investimentos privados. Além disso, é imprescindível o aprimoramento da estrutura de estradas vicinais e acessos aos locais mais distantes dos centros urbanos.

2) Diversificação e integração dos modais de transporte:

Possibilitar, em parceria com o governo federal, a adoção de ações para a redução da concentração do transporte rodoviária e a interligação com outros meios para transporte de cargas na Região Nordeste. Por meio do transporte multimodal, com a incorporação e ampliação das ferrovias e hidrovias, por exemplo, as operações se tornam mais rápidas e com um menor custo, por conseguir absorver as vantagens de cada modal.

D MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E AUMENTO DA COMPETITIVIDADE

1) Desburocratização de registros e processos em órgãos públicos:

Reduzir a burocracia e os custos para a abertura e manutenção de negócios, por meio da integração de informações entre órgãos públicos e criação de registro único e eletrônico de pessoas jurídicas, bem como promover a otimização de processos regulatórios e normas técnicas vinculados ao setor econômico.

2) Harmonização das normas sanitárias:

Buscar uniformização e objetividade nas normas sanitárias relacionadas à produção agropecuária brasileira, reduzindo as disparidades de interpretações, aplicações e exigências entre os estados e em relação às normas de outros países, com o objetivo de devolver a competitividade para o setor e combater as barreiras não-tarifárias.

3) Atualização dos procedimentos de licenciamento ambiental:

Apoiar e aprofundar o debate sobre a unificação dos procedimentos de licenciamento ambiental no país, com o intuito de modernizar as regras a serem observadas pelos entes federativos, ao melhorar a qualidade técnica do licenciamento, aumentar a segurança jurídica e operacional para o desenvolvimento de atividades produtivas e dar continuidade às medidas em prol da preservação do meio ambiente.

E FOMENTO À CONECTIVIDADE E COMUNICAÇÃO

1) Ampliação da conectividade na Região Nordeste:

Assegurar, por meio de parcerias com o governo federal e a iniciativa privada, acesso ao aparato mínimo necessário para melhoria da comunicação nas áreas do semiárido rural, como acréscimo do número de pontos de conexão, em especial nas áreas rurais e áreas mais isoladas. O acesso à internet de qualidade possibilita a inclusão social, melhoria da qualidade de vida população e incremento da produção.

F ESTÍMULO A INSTITUIÇÕES EFICAZES, RESPONSÁVEIS E TRANSPARENTES

1) Participação da sociedade e maior eficiência na construção de políticas públicas:

Garantir maior eficiência, transparência e controle social na formulação de políticas públicas, evitando, assim, distorções, questionamentos, judicialização e gastos desnecessários. Neste sentido, destacamos a adoção, cada vez maior, de audiências e consultas públicas como instrumentos fundamentais para a construção de políticas públicas, mediante avaliações de impacto criteriosas das ações governamentais em termos de custo-benefício para a população.

2) Fortalecimento dos programas de integridade e combate à corrupção:

Combater, de forma efetiva, todo e qualquer ato de corrupção, cometido por pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, e incentivar, cada vez mais, a devida adoção de medidas de integridade e de conformidade por órgãos públicos, autarquias, empresas, cooperativas, associações, sindicatos, entidades de representação e demais atores que se relacionem com a administração pública.

3) Orçamento e políticas públicas:

Dar maior transparência, eficiência e previsibilidade na aplicação de recursos públicos e na própria elaboração da lei orçamentária estadual, tendo em vista a priorização de políticas e programas com resultados relevantes em indicadores de impacto econômico, social e ambiental. Além disso, é importante a adoção e manutenção de medidas de ajuste fiscal voltadas para o equilíbrio financeiro, tendo em vista a importância de manutenção de serviços básicos.

O que diferencia AS COOPERATIVAS

Em seu papel de inclusão social, econômica e cultural, o cooperativismo pode ser considerado o modelo de negócio mais viável para o desenvolvimento sustentável. Baseado na união de pessoas, o movimento se destaca pela busca dos referenciais de participação democrática, independência e autonomia.

Promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar social de todos os seus cooperados, bem como da comunidade em que se insere, é o que move o cooperativismo. As decisões são tomadas coletivamente e os resultados obtidos são distribuídos de forma justa e igualitária, na proporção da participação de cada membro. Ao invés de concentrar o lucro em uma ou em poucas pessoas, os resultados das cooperativas são distribuídos entre todos os seus associados, impulsionando a geração de renda e a inserção social.

Como forma organizada de gestão, a cooperativa realiza, obrigatoriamente, uma vez por ano, a sua Assembleia Geral Ordinária (AGO). Ao final de cada exercício social, são apresentados o balanço e a demonstração dos resultados da cooperativa, que devem conter os valores que serão destinados às

sobras e aos fundos de reserva. As sobras são os resultados dos ingressos menos os dispêndios, as quais retornam ao associado após as deduções dos fundos, de acordo com o estatuto da cooperativa e em consonância com a Lei 5.764/1971.

Assim, um dos grandes diferenciais do empreendimento cooperativo é a participação econômica dos membros, que está diretamente ligada ao que propõe o cooperativismo: pessoas que se unem com o mesmo propósito, de se fortalecer economicamente para ganhar maior poder de escala. Assim, adquirem mais espaço no mercado, o que resulta em maior renda e melhor qualidade de vida para os cooperados, colaboradores e familiares, beneficiando também a comunidade.

Por ser um empreendimento que nasce na base, a partir da união de pessoas e com foco no crescimento conjunto, as cooperativas contribuem com o desenvolvimento sustentável. Desta forma, são vanguardas na discussão sobre sustentabilidade, a partir de um modelo econômico, social, cultural e ambiental equilibrado, que busca satisfazer as necessidades das gerações atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras.

Por que COOPERATIVA?

Voz Ativa & VÍNCULO DE CONFIANÇA

Pensar em cooperativismo é refletir sobre um modelo de negócio que vai além da geração de lucro. São sociedades formadas pela união e pelo vínculo de confiança entre pessoas, em trabalho feito por todos e para todos. Isto quer dizer que aqui as decisões administrativas e estratégicas não são tomadas por um conselho fechado, mas necessariamente apresentadas em assembleia geral, onde cada cooperado tem direito a voto, de forma igualitária. Por esse motivo, dada a responsabilidade de seus dirigentes com o quadro social, possíveis decisões especulativas e precipitadas geralmente são afastadas, o que é comprovado em momentos de crises macroeconômicas, onde as cooperativas possuem papel preponderante para mitigarem seus efeitos. Isso acontece pelo vínculo de confiança, efeito multiplicador e desenvolvimento local nas comunidades onde estão inseridas.

Valor compartilhado & DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

Nas cooperativas, os resultados financeiros não são computados como lucro, mas distribuídos e/ou reinvestidos no desenvolvimento da cooperativa, conforme decisão da assembleia geral e de acordo com a produção de cada cooperado. A relação econômica entre a cooperativa e os seus associados tem como objetivo final a geração de renda para os cooperados. Por isso que as cooperativas não têm fins lucrativos, mas econômicos.

Empreendedorismo coletivo

& ECONOMIA COLABORATIVA

O cooperativismo é um modelo de negócios viável para milhares de trabalhadores brasileiros se inserirem no mercado, podendo prestar seus serviços com melhores condições e maior lucratividade. Em um mundo com grandes transformações tecnológicas e cada vez mais conectado, o cooperativismo possui um imenso potencial para organizar pessoas em plataformas de aplicativos e de compras coletivas, valorizando o seu trabalho e evitando que os resultados destas atividades sejam deslocados para poucos, em grandes centros urbanos, muitas vezes, em outros países.

Economia de propósito & ATUAÇÃO PELA COMUNIDADE

Em todo o mundo, por princípio, as cooperativas utilizam parcela do seu faturamento em prol de ações pela comunidade. A lei cooperativista brasileira reforça esta responsabilidade, com a instituição do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (Fates), constituído de 5%, no mínimo, das sobras líquidas apuradas no exercício, destinados à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa e à comunidade em que está inserida. Os projetos e ações de voluntariado também são a marca das cooperativas brasileiras, que, anualmente, por meio da celebração do “Dia de Cooperar”, contabilizam milhares de iniciativas beneficentes todos os anos.

Economia de escala & INCLUSÃO PRODUTIVA E FINANCEIRA

Na ótica da sociedade cooperativa, a eficiência é vista como a combinação da racionalidade econômica com os valores de ajuda mútua e solidariedade. Por meio do princípio sinérgico onde “o todo é maior que a soma das partes”, os cooperados se unem voluntariamente para constituir um empreendimento sólido e competitivo, de natureza econômica e social. Por meio do modelo cooperativo, que pequenos produtores rurais alcançam mercados internos e externos que não atingiriam individualmente, trabalhadores se juntam para ofertar serviços de forma organizada e lucrativa, e pessoas compartilham suas economias com taxas menores e melhores rendimentos financeiros.

Controle de preços

& DIMINUIÇÃO DE DISTRORÇÕES DE MERCADO

Em um mercado global cada vez mais concentrado por grandes conglomerados econômicos, as cooperativas possuem por mérito a característica de ampliar a competitividade, diminuir distorções na oferta de produtos e serviços e balizar preços para o seu cooperado e para o consumidor final, uma vez que não possuem finalidade lucrativa. Muitas vezes, as cooperativas são capazes de enfrentar empresas privadas de maior agressividade por se tratarem de empreendimentos criados especificamente para atenderem a realidade dos seus cooperados, donos do próprio negócio, com a oferta de produtos e serviços com melhores condições a estes.

Desenvolvimento local

& REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

As cooperativas, em seus diversos segmentos, têm como uma das suas principais características o alcance de municípios do interior do país ainda pouco atendidos pelo poder público e que, por muitas vezes, outros grupos econômicos não têm interesse em atuar. Isto qualifica essas sociedades como importantes agentes de desenvolvimento regional do país, seja no atendimento a serviços básicos para a população, como no caso dos serviços de saúde, educação e eletrificação rural, como a partir de um modelo de negócios viável para organização de produtores e trabalhadores no campo e nas cidades.

Ações voluntárias DURANTE A PANDEMIA

Ao longo da crise sanitária da Covid-19, mais uma vez, o cooperativismo esteve presente em benefício da comunidade. As cooperativas médicas, além de estarem na linha de frente da batalha para conter a crise sanitária, por meio do Movimento Saúde e Ação, captaram R\$ 4,1 milhões, beneficiando 45 instituições e mais de 22 mil famílias (set/2021), em ações de responsabilidade social voltadas para combater à fome, distribuição de kits de proteção individual e apoio psicológico, tanto para a comunidade quanto para profissionais da linha de frente. O movimento "Agro Fraternal", que contou com a participação de produtores rurais e cooperativas agropecuárias e de crédito de todo o país, registrou doações de 217,8 toneladas de alimentos, mais de 64,9 mil cestas básicas, além de doações em dinheiro, em mais de 100 cidades (set/2021). Exemplos como estes se multiplicaram em todos os segmentos do cooperativismo, inclusive no âmbito das ações voluntárias do "Dia de Cooperar", que em 2020 contou com 6,7 mil iniciativas, em 2,9 mil municípios em todo o país, com 314 mil voluntários.

Princípios DO COOPERATIVISMO

Os sete princípios do cooperativismo são as linhas orientadoras por meio das quais as cooperativas levam os seus valores à prática. Esses princípios foram apro-

vados e utilizados na época em que foi fundada a primeira cooperativa do mundo, em 1844, na Inglaterra. Reconhecidos até hoje, são adotados por 105 países.



ADEÇÃO VOLUNTÁRIA E LIVRE

As cooperativas são abertas para todas as pessoas que queiram participar e que estejam alinhadas ao seu objetivo econômico e dispostas a assumir suas responsabilidades como membro. Não existe qualquer discriminação por sexo, raça, classe, crença ou ideologia.



GESTÃO DEMOCRÁTICA

As cooperativas são organizações democráticas controladas por todos os seus membros, que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões. Os representantes são eleitos por todo o grupo.



PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA DOS MEMBROS

Em uma cooperativa, os membros contribuem equitativamente para o capital da organização. Parte do montante é propriedade comum da cooperativa e os membros recebem remuneração limitada ao capital integralizado, quando há. Os excedentes da cooperativa podem ser destinados às seguintes finalidades: benefícios aos membros, apoio a outras atividades aprovadas pelos cooperados ou para o desenvolvimento da própria cooperativa. Tudo sempre decidido democraticamente.



AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA

As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas por seus membros, e nada deve mudar isso. Se uma cooperativa firmar acordos com outras organizações, públicas ou privadas, deve fazer em condições de assegurar o controle democrático pelos membros e a sua autonomia.



EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO

Ser cooperativista é se comprometer com o futuro dos cooperados, do movimento e das comunidades. As cooperativas promovem educação e formação para que seus membros e trabalhadores possam contribuir para o desenvolvimento dos negócios e, conseqüentemente, dos lugares onde estão presentes. Além disso, oferecem informações para o público em geral, especialmente jovens, sobre a natureza e as vantagens do cooperativismo.



INTERESSE PELA COMUNIDADE

Contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades é algo natural ao cooperativismo. As cooperativas fazem isso por meio de políticas aprovadas pelos membros.



INTERCOOPERAÇÃO

Cooperativismo é trabalhar em conjunto. É assim, atuando juntas, que as cooperativas dão mais força ao movimento e servem de forma mais eficaz aos cooperados. Sejam unidas em estruturas locais, regionais, nacionais ou até mesmo internacionais, o objetivo é sempre se juntar em torno de um bem comum.

Processo de ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

As propostas abordadas ao longo deste documento refletem os desafios e oportunidades das cooperativas da Região Nordeste, levando em consideração as especificidades locais. A construção do material só foi possível através de um processo coletivo que se baseou no levantamento das prioridades regionais, por meio da aplicação de formulários específicos junto às unidades estaduais e dirigentes de cooperativas.

A publicação também se orientou pelas diretrizes estratégicas votadas no 14º Congresso Brasileiro do Cooperativismo (14º CBC) e do Planejamento Estratégico do Sistema OCB para o período 2021-2023, além das respostas dos representantes da Região Nordeste na pesquisa realizada no início do ano com 60 lideranças de unidades estaduais do Sistema OCB, coordenadores de conselhos

consultivos de ramos e dirigentes de confederações, federações e centrais de cooperativas com o objetivo de medir a temperatura do ambiente político e econômico.

Cabe lembrar que as propostas estão diretamente ligadas aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), ao Plano de Desenvolvimento do Cooperativismo do Semiárido Brasileiro, ao Plano de Desenvolvimento Regional do Nordeste (PRDNE) e às diretrizes do Consórcio Nordeste. Outro componente fundamental foram as recentes discussões realizadas no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima de 2021 (COP26), na qual o Sistema OCB representou o Brasil no painel: “Cooperativismo como ferramenta para a economia de baixo carbono”.

 **SistemaOCB** **somosCOOP**

 **SistemaOCB/AL**
FECOOP SULENE - OCB/AL - SESCOOP/AL

 **SistemaOCB/PE**
FECOOP NE - OCB/PE - SESCOOP/PE

 **SistemaOceb**
FECOOP SULENE - OCEB - SESCOOP/BA

 **SistemaOCB/PI**
FECOOP NE - OCEPI - SESCOOP/PI

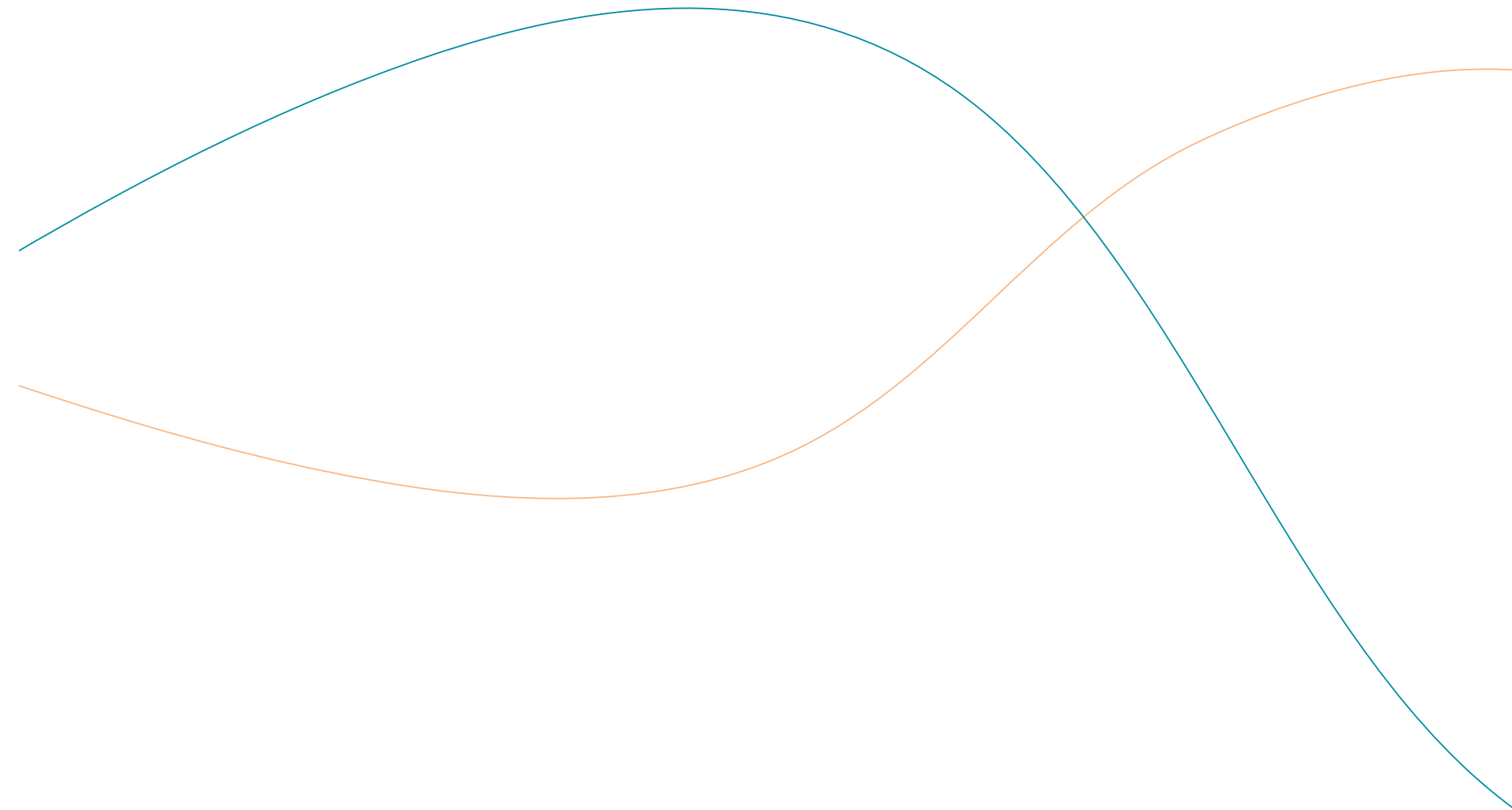
 **SistemaOCB/CE**
FECOOP NE - OCB/CE - SESCOOP/CE

 **SistemaOCERN**
OCERN - SESCOOP/RN

 **SistemaOCB/MA**
OCEMA - SESCOOP/MA - FECOOP NE

 **SistemaOcese**
FECOOP NE - OCESE - SESCOOP/SE

 **SistemaOCB/PB**
FECOOP NE - OCB/PB - SESCOOP/PB





 Sistema**OCB** **somosCOOP**

 |  |  |  |  |  | [sistemaocb](#)

somoscooperativismo.coop.br